

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.628.734 - SP (2019/0355383-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : SINDSUZA - SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS
MUNICIPAIS DE SUZANAPOLIS/SP
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954
AGRAVADO : UNIMED DE ANDRADINA COOPERATIVA DE TRABALHO
MEDICO
ADVOGADO : MARCIO GIMENES DOS SANTOS - SP268288

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto em face acórdão assim ementado:

APELAÇÃO. Plano de saúde coletivo. Ação coletiva. Sentença de parcial procedência. Insurgência de ambas as partes. Preliminar de não conhecimento do recurso, afastada. Cláusula que permite a denúncia unilateral. Situação que só é vedada para planos de saúde individuais e familiares. Inocorrência de abusividade, uma vez que a avença permite a rescisão imotivada de ambas as partes. Notificação da contratante realizada nos termos do artigo 17 da RN 195 da ANS. Cumprimento do art. 1º da Resolução 19/1999 do CONSU. Reajuste por sinistralidade. Ausência de demonstração mínima de razoabilidade que pudesse autorizar tal reajuste. Nítida tentativa de obstar a continuidade do contrato. Inviabilidade dos beneficiários que desistiram do plano retornar sem cumprimento de novas carências e nas mesmas condições de cobertura. Sentença mantida. Recursos a que se nega provimento.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados.

Em suas razões, a parte agravante alega violação dos arts. 1.022 do Código de Processo Civil; 13, parágrafo único, II, da Lei 9.656/98; 39, V, e 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor; 421 e 422 do Código Civil, assim como divergência jurisprudencial. Sustenta, de início, negativa de prestação jurisdicional. Aponta a validade da cláusula contratual que autoriza a rescisão imotivada. Argumenta, também, que "A possibilidade de rescisão unilateral e imotivada dos contratos de plano de saúde, ainda que em contratos coletivos, não se mostra em consonância com os princípios que norteiam as relações de consumo" (fl. 897).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No tocante às alegações de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que essas não merecem prosperar.

Isso porque não configura ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pela parte recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados. Nesse sentido: AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015; AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016.

Ao analisar a controvérsia, o Tribunal de origem assim se manifestou (fls. 878-880, e-STJ):

Embora exista controvérsia neste Egrégio Tribunal acerca do tema, entende-se que a referida disposição contratual não pode ser considerada ilícita, uma vez que a vedação à rescisão unilateral prevista pelo artigo 13, inciso II, da Lei nº 9.656/98 aplica-se somente aos contratos de plano de saúde individuais e familiares.

(...).

Logo, é viável aos contratos de prestação de serviços à saúde, nestas hipóteses, o cancelamento para ambas as partes uma vez que poderá se tornar muito desvantajoso para uma delas. Para a operadora do plano, por questões financeiras, a manutenção pode inviabilizar a prática de sua atividade comercial, e para a empresa contratante, na ocorrência de um encerramento de suas atividades ou uma oferta mais vantajosa, não sendo possível assim, a obrigatoriedade da manutenção nessa modalidade.

Ademais, o referido dispositivo contratual não se mostra abusivo à luz das normas do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que se encontra redigido de forma clara e objetiva, não impondo ao contratante desvantagem abusiva ou exagerada, pois prevê a possibilidade de rescisão imotivada em favor de ambas as partes.

A notificação deve ser enviada com a antecedência devida, informando acerca da futura extinção de seu negócio jurídico, nos termos e prazos determinados pelo próprio contrato e pelo artigo 17 da Resolução nº 195 da ANS, razão pela qual a rescisão ora

discutida deve ser considerada lícita.

Anoto que o entendimento da Corte de origem está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que entende ser possível a resilição unilateral do contrato coletivo de saúde, uma vez que a norma inserta no art. 13, II, b, parágrafo único, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. RESCISÃO UNILATERAL PELA OPERADORA. POSSIBILIDADE. ART. 13, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DA LEI Nº 9.656/98. INAPLICABILIDADE AO CASO. DECISÃO MANTIDA.

1. Vale pontuar que o presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A associação não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento aqui consolidado para dar provimento ao recurso especial manejado pela operadora do plano de saúde.

3. Esta Corte possui a compreensão de que é possível a resilição unilateral do contrato coletivo de plano de saúde, imotivadamente após a vigência do período de 12 meses e mediante prévia notificação da outra parte, uma vez que a norma inserta no art. 13, II, b, parágrafo único, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares (AgRg no AgRg no AREsp nº 51.473/SP, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 14/10/2015).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1590174/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 31/8/2016.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESCISÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1."A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que é possível a rescisão unilateral do contrato coletivo de saúde, uma vez que a norma inserta no art. 13, II, b, parágrafo único, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares" (AgRg no REsp n. 1.477.859/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 5/5/2015, DJe 25/5/2015).

2.O art. 30 da Lei n. 9.656/1998 incide apenas nos casos em que o empregado tem seu contrato de trabalho rescindido sem justa causa e deseja permanecer no plano, e não quando o próprio empregador rescinde o contrato com a operadora do seguro-saúde.

3.Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no AREsp 51.473/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 01/10/2015, DJe 14/10/2015.)

Incidente, no ponto, o óbice da Súmula 83/STJ.

Observe, por fim, que o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973 e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Para tanto, é necessária a demonstração da similitude de panorama de fato e da divergência na interpretação do direito entre os acórdãos confrontados, o que não foi feito no caso concreto.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora